

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ – ALEPI

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO - CONTROLE INTERNO – TIPO A

FRASE: “Comece acreditando que é possível.”
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de provas, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas;
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **Caderno de Texto Definitivo** destinado às respostas das questões discursivas.



TEMPO

- **05h (cinco horas)** é o tempo disponível para a realização das provas, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva e transcrição da prova discursiva no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O candidato somente poderá se retirar da sala de prova após o decurso de **60min (sessenta minutos)** e só poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de **02h (duas horas)** do horário de início da prova.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo IDECAN;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** e/ou do **Caderno de Texto Definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e do **Caderno de Texto Definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, no **Cartão de Respostas** e no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal **Caderno de Prova**, o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo** devidamente assinada, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS**Língua Portuguesa**

Texto para as questões de 1 a 10.

O maiúsculo e o minúsculo

1 É lastimável quando alguém simplifica em demasia as realidades complexas: perde a proporção dos fatos e se põe a fazer afirmações desprovidas de qualquer fundamento. Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do idiossincrático, parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe apraz. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações para além do idiossincrático, a situação se torna,
5 no mínimo, preocupante.

É o que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua. Nessa área, há, sem dúvida, questões maiúsculas a serem enfrentadas. O Brasil precisa desencadear um amplo debate com vista à elaboração de uma nova política linguística para si, superando os efeitos deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós.

Essa nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngue do país (o fato de o português ser
10 hegemônico não nos deve cegar para as muitas línguas indígenas, europeias e asiáticas que aqui se falam, multiplicidade que constitui parte significativa do patrimônio cultural brasileiro). Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado aqui, vencendo, de vez, o mito da língua única e homogênea.

Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social. E incluir, ainda, um incentivo permanente à
15 pesquisa científica da complexa realidade linguística nacional e à ampla divulgação de seus resultados, estimulando com isso, por exemplo, um registro mais adequado, em gramáticas e dicionários, da norma-padrão real, bem como das demais variedades do português, viabilizando uma comparação sistemática de todas elas, como forma de subsidiar o acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral e escrito.

Apesar de termos essas tarefas maiúsculas à frente, foi uma questão minúscula que, a partir de uma grosseira
20 simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto: a presença de palavras da língua inglesa em nosso cotidiano.

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras), esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d'água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano.

25 Mostra-nos ainda mais (e aqui um dado fundamental): muitos deles, pelas próprias ações dos falantes, estão já em pleno refluxo (a maioria terá, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera).

1. A intencionalidade discursiva do texto em análise gira em torno de

- (A) observar um fato do cotidiano para registrar uma comparação entre os dialetos da língua portuguesa.
- (B) apresentar um ponto de vista sobre aspectos vários que envolvem o multilinguismo e a variação em seus caracteres diversos.
- (C) informar a um público específico, os linguistas, acerca das peculiaridades de cada idioma no processo de estrangeirismo, influência de uma língua sobre outra.
- (D) relatar impressões pessoais acerca do plurilinguismo, que está enraizado no dia a dia do autor, como falante, e que permeia sua vida acadêmica, como estudioso da língua.
- (E) expor um estudo científico a respeito dos empréstimos linguísticos que ocorrem nas situações de uso da língua, de modo a ratificar que uma língua não tem hegemonia sobre outra.

2. Quando o autor denomina seus eixos temáticos de “O maiúsculo e o minúsculo”, ele o faz por meio de um processo de substituições, valendo-se de uma relação de sentido entre tais palavras e a discussão que irá realizar. Dessa forma, há o uso de uma figura de linguagem denominada de

- (A) litote.
- (B) elipse.
- (C) catacrese.
- (D) metonímia.
- (E) paronomásia.

3. “Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado aqui, vencendo, de vez, o mito da língua única e homogênea.” (linhas 11 e 12) O trecho entre aspas legitima o processo de variação linguística, o qual está corretamente tipificado e descrito como

- (A) variação diafásica, pois representa as variações que se estabelecem em função do contexto comunicativo.
- (B) variação diastrática, por tratar das mudanças ocorridas na língua com o decorrer do tempo.
- (C) variação diatópica, pois ocorre em virtude da convivência entre os grupos sociais.
- (D) variação diacrônica, pois ocorre em razão das diferenças regionais.
- (E) variação dialetal, por tratar-se do uso formal ou informal da língua.

4. A partir dos sentidos possíveis para os termos destacados, no contexto seguinte, marque a alternativa correta.

“Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do **idioossincrático**, parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe **apraz**. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações para além do **idioossincrático**, a situação se torna, no mínimo, preocupante.” (linhas 2 a 5)

- (A) O pensamento genérico, quando se torna particular, torna-se apraz.
- (B) O pensamento individual, quando se torna apraz, torna-se inquietante.
- (C) O pensamento genérico, quando se torna apraz, torna-se preocupante.
- (D) O pensamento particular, quando se torna genérico, torna-se inquietante.
- (E) O pensamento genérico, quando se torna particular, torna-se preocupante.

5. A Morfologia é a parte da gramática que estuda as palavras, desde a sua estrutura e formação até as suas formas de flexão, organizando-se, assim, em categorias, conhecidas como classes de palavras. Logo, a partir dessa definição, analise a correlação termo destacado/ função morfológica entre parênteses para assinalar a alternativa correta.

- (A) “[...] elaboração de uma **nova** política linguística para si [...]”. [linhas 7 e 8] (substantivo)
- (B) “Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra **que** [...]”. [linha 22] (pronome)
- (C) “É **o** que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua.” [linha 6] (pronome)
- (D) “[...] superando os **efeitos** deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós. [linha 8] (adjetivo)
- (E) “[...] foi uma questão minúscula **que**, a partir de uma grosseira simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo [...]”. [linhas 19 e 20] (conjunção)

6. “[...] afinal cada um acredita naquilo que bem lhe **apraz**”. (linha 3) O verbo negrito, no trecho anterior, está corretamente transposto para a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo em

- (A) “Ele aprazia”.
- (B) “Ele aprazer”.
- (C) “Ele aprouvesse”.
- (D) “Ele aprouvera”.
- (E) “Ele aprouve”.

7. Partindo do conceito de regência verbal como sendo a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou os circunstanciam, assinale a alternativa que traz informação correta sobre essa relação nos períodos que seguem

- (A) “[...] **vencendo**, de vez, o mito da língua única e homogênea.” [linha 12] (o verbo **vencer** é bitransitivo).
- (B) “[...] quando essas simplificações **ultrapassam** tais limites [...]” [linhas 3 e 4] (o verbo **ultrapassar** é intransitivo).
- (C) “[...] **há**, sem dúvida, questões maiúsculas a serem enfrentadas [...]” [linhas 6 e 7] (o verbo **haver** é transitivo direto).
- (D) “[...] a maioria **terá**, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera.” [linha 26] (o verbo **ter** é transitivo indireto).
- (E) “[...] É lastimável quando alguém **simplifica** em demasia as realidades complexas [...]” [linha 1] (o verbo **simplificar** é transitivo indireto).

8. Partindo da definição de sintaxe como sendo a parte da Gramática que estuda a disposição das palavras nos períodos, bem como a relação lógica entre elas, assinale a alternativa, na qual a função sintática do termo destacado nas orações está corretamente descrita entre parênteses.

- (A) “[...] um incentivo permanente **à pesquisa** científica [...]”. [linha 14 e 15] (complemento nominal)
- (B) “[...] multiplicidade que constitui parte significativa **do patrimônio cultural brasileiro** [...]”. [linhas 10 e 11] (objeto indireto)
- (C) “[...] **Essa** nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngue do país [...]”. [linha 9] (sujeito)
- (D) “[...] a maioria **terá**, como em qualquer outra época da história da língua, vida **efêmera** [...]”. [linha 26] (predicativo do sujeito)
- (E) “[...] Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático **a todos os preconceitos linguísticos** [...]”. [linha 13] (adjunto adnominal).

9. As orações subordinadas são aquelas que dependem de outras orações no período e que não têm sentido completo se aparecerem isoladas. Assim sendo, assinale a alternativa em que há uma oração subordinada destacada corretamente classificada.

- (A) “**É o que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua.**” [linha 6] (adjetiva restritiva)
- (B) “[...] afinal cada um acredita naquilo **que bem lhe apraz.**” [linha 3] (substantiva objetiva indireta)
- (C) “**Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do idiossincrático**, parece não haver maiores problemas[...]” [linhas 2 e 3] (adverbial condicional)
- (D) “**Apesar de termos essas tarefas maiúsculas à frente**, foi uma questão minúscula que acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto.” [linhas 19 e 20] (adverbial causal)
- (E) “Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra **que esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d’água num imenso oceano.**” [linhas 22 a 24] (substantiva subjetiva)

10. Em se tratando da sintaxe de colocação pronominal, assinale a alternativa, na qual, a descrição sobre a colocação do pronome negrito está corretamente justificada nos contextos que seguem.

- (A) “[...] o português ser hegemônico não **nos** deve cegar para as muitas línguas [...]”. [linhas 9 e 10] (ocorre próclise, mas deveria ocorrer mesóclise em decorrência da locução verbal **deve cegar**).
- (B) “[...] a situação **se** torna, no mínimo, preocupante.” [linhas 4 e 5] (ocorre próclise, mas deveria ocorrer ênclise por respeito à hierarquia de colocação pronominal).
- (C) “[...] Mostra-**nos** ainda mais [...]”. [linha 25] (ocorre ênclise, mas deveria ocorrer próclise por respeito à hierarquia de colocação pronominal).
- (D) “[...] línguas indígenas, europeias e asiáticas que aqui **se** falam [...]”. [linha 10] (ocorre próclise em decorrência do pronome relativo **que**).
- (E) “[...] afinal cada um acredita naquilo que bem **lhe** apraz”. [linha 3] (ocorre próclise em decorrência do advérbio **bem**).

Raciocínio Lógico

11. Uma nutricionista atendeu em certo dia 12 pessoas. Ela fez a média dos “pesos” (massa em quilograma), registrando-os em uma tabela:

101	98	60	61	82	94	94	55	?	36	78	79
-----	----	----	----	----	----	----	----	---	----	----	----

Na pressa, a nutricionista esqueceu de anotar uma das medidas. Mas sua secretária havia feito o cálculo da média e deixou um bilhete em cima de sua mesa com o resultado de: 74,75 kg.

A medida que está faltando corresponde a

- (A) 61.
- (B) 60.
- (C) 59.
- (D) 58.
- (E) 57.

12. Na reforma de uma obra, há rolos de fio elétrico com medidas de 160, 140 e 220 metros. Será preciso cortar o fio em pedaços iguais, maiores possíveis e, não sobrar nada. O comprimento máximo de cada fio será de

- (A) 22 metros.
- (B) 20 metros.
- (C) 18 metros.
- (D) 16 metros.
- (E) 14 metros

13. Identifique a quantidade de números pares de três algarismos que podemos formar com os números 1, 2, 3, 4 e 5, sem repeti-los.

- (A) 12
- (B) 16
- (C) 22
- (D) 24
- (E) 48

14. Uma pastelaria atendeu em uma noite 230 clientes. O dono do estabelecimento fez a seguinte anotação:

- 171 clientes consumiram pastéis salgados;
- 80 clientes consumiram pastéis doces;
- 45 clientes consumiram dos dois tipos.

A quantidade de clientes que não consumiu pastel foi de

- (A) 22.
- (B) 24.
- (C) 26.
- (D) 27.
- (E) 28.

15. Se uma moeda é lançada 6 vezes, identifique a probabilidade de sair “coroa” 5 vezes.

- (A) 9,585%
- (B) 9,555%
- (C) 9,475%
- (D) 9,385%
- (E) 9,375%

RASCUNHO

História, Literatura e Geografia do Piauí

ESTAVA LÁ AQUILES, QUE ABRAÇAVA

*Estava lá Aquiles, que abraçava
Enfim Heitor, secreto personagem
Do sonho que na tenda o torturava;*

*Estava lá Saul, tendo por pajem
Davi, que ao som da cítara cantava;
E estavam lá seteiros que pensavam
Sebastião e as chagas que o mataram.
Nesse jardim, quantos as mãos deixavam
Levar aos lábios que o atraíçaram!
Era a cidade exata, aberta, clara:
Estava lá o arcanjo incendiado
Sentado aos pés de quem desafiara;
E estava lá um deus crucificado
Beijando uma vez mais o enforcado.*

Mário Faustino. Poesia de Mário Faustino. Rio de Janeiro:
Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 85.

16. Identifique, por meio do poema em análise, a alternativa, na qual, percebe-se uma das marcas da poética de Mário Faustino.

- (A) Intertextualidade com temáticas mitológicas e religiosas, sintetizando sentimentos divergentes de episódios originais, demonstrando o experimentalismo de sua poética.
- (B) Pastiche com temáticas mitológicas e religiosas, a fim de ironizar correntes como o racionalismo e o paganismo.
- (C) Paródia com temáticas mitológicas e religiosas, para construir uma crítica jocosa à historiografia e ao catolicismo.
- (D) Intercontextualidade com temáticas mitológicas e religiosas, ratificando, em sua poética, episódios trágicos da literatura greco-latina.
- (E) Retextualização de temáticas mitológicas e religiosas para enfatizar, por meio de um tom jocoso e debochado, o caráter ferino de sua poética.

17. Sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí, que constitui uma área rica em vestígios arqueológicos que oferecem *insights* valiosos sobre a pré-história das Américas, assinale a alternativa correta.

- (A) A Serra da Capivara abriga uma abundância de vestígios arqueológicos, incluindo ferramentas de pedra, ossos, conchas e restos de fogueiras.
- (B) O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado em 1808, visando preservar tanto o patrimônio cultural quanto a rica diversidade fúngica da região.
- (C) A Serra da Capivara oferece evidências que comprovam a teoria tradicional de que os primeiros habitantes das Américas migraram da Sibéria para o Alasca, cruzando uma ponte de terra durante a última Era Glacial.
- (D) Niède Guidon, arqueóloga franco-brasileira, foi uma das principais responsáveis por destacar a importância da região como um dos mais ricos sítios arqueológicos das Américas. Seu trabalho desempenhou um papel crucial na compreensão da pré-história e na promoção da preservação do patrimônio cultural brasileiro, bem como na criação da Fundação Museu Nacional.
- (E) Uma das características mais notáveis da Serra da Capivara são as inúmeras pinturas rupestres encontradas nas paredes de seus abrigos rochosos. Datadas de milhares de anos, representam cenas da vida cotidiana, animais, figuras humanas e símbolos abstratos, oferecendo pistas sobre as crenças, práticas religiosas e modos de vida das populações antigas que viveram na região.

18. Durante o processo de colonização do Brasil, diversos motivos influenciaram o movimento de povoamento nas diferentes regiões do país. No caso do território piauiense, houve um fator crucial nesse processo. Assinale a alternativa que apresenta o principal fator que desencadeou, ainda no período colonial, o movimento de povoamento para além do litoral, rumo as vastas áreas do Piauí.

- (A) O incentivo fiscal concedido aos latifundiários para colonizar as áreas dos sertões, condicionado ao cultivo de algodão, café ou cana-de-açúcar.
- (B) O cultivo da cana-de-açúcar que demandava grande quantidade de terra, resultando na ocupação de vastas áreas do interior.
- (C) A prática da pecuária que dispensava a proximidade da praia, permitindo que o gado vacuum fosse transportado de grandes distâncias com facilidade, encontrando pastagens disponíveis nas regiões impróprias ao cultivo da cana.
- (D) A plantação de soja nos sertões, onde as condições climáticas eram mais favoráveis e o preço da terra mais atrativo.
- (E) A prática da avicultura que precisava de mais espaço, mas não exigia grandes investimentos de capital e de pessoal para o seu funcionamento.

19. Considerando a fauna e a flora do estado do Piauí, refletindo uma biodiversidade rica e variada, assinale a alternativa correta.

- (A) É conhecido pelas suas Araucárias, árvores que produzem pinhões, uma semente comestível amplamente utilizada na culinária local.
- (B) É comum encontrar a Jiboia-Arco-Íris, uma serpente não venenosa, conhecida por sua coloração vibrante. Além de sua aparência marcante, desempenha um papel crucial no controle das populações de roedores na região.
- (C) É habitat da maior parte das Onças-Pintadas brasileiras, o maior felino das Américas, conhecido por sua pelagem com manchas em forma de rosetas e por ser um predador de topo na cadeia alimentar.
- (D) Abriga o Mandacaru, um cacto típico da caatinga, conhecido por suas flores brancas noturnas e por ser uma importante fonte de alimento para várias espécies de aves e insetos.
- (E) É o lar da Arara-Azul-Grande, uma espécie ameaçada de extinção, conhecida por sua plumagem vibrante e comportamento social complexo.

20. Sobre as características do relevo piauiense, assinale a alternativa correta.

- (A) Caracterizado por uma vasta região de dunas, que se estende por grande parte do interior do estado, oferecendo um cenário deslumbrante para atividades de turismo de aventura, como o *sandboard*.
- (B) Formado por planícies e chapadas, com algumas áreas relativamente planas intercaladas por morros e elevações suaves, sendo propício para a agricultura diversificada e o cultivo de culturas de sequeiro.
- (C) Possui uma meseta, com terras planas e elevadas, cortadas por vales profundos, formando uma paisagem de cânions espetaculares e cachoeiras impressionantes.
- (D) Caracterizado por uma vasta região de dunas, possuindo uma meseta, com terras planas e elevadas.
- (E) Apresenta uma extensa planície aluvial, caracterizada por sua topografia vulcânica e baixa altitude.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação Institucional; Constituição do Estado do Piauí

21. É correto afirmar, sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), instituído pela Resolução n.º 540, de 09 de outubro de 2023, que

- (A) as sessões da referida Casa Legislativa serão peremptórias, ordinárias e extraordinárias.
- (B) as sessões ordinárias terão, normalmente, a duração de até duas horas, com início às onze horas.
- (C) nas sessões solenes se observará a ordem dos trabalhos que for estabelecida pelos líderes que designará os oradores, ouvido o Presidente.
- (D) as sessões da Assembleia serão suspensas por falta de número e nas hipóteses de perturbação da ordem, ou para recepcionar o Presidente da República.
- (E) as Comissões devem ter à disposição, os serviços de assessoramento e consultoria técnico-legislativa especializado em diversas áreas do conhecimento para o pleno desempenho de suas funções, a ser definido em legislação específica.

22. Assinale a alternativa correta sobre o instituto da “Questão de Ordem”, afirmada no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI).

- (A) O Deputado poderá exceder o prazo de três minutos para formular “Questão de Ordem”, além de falar sobre o mesmo assunto mais de uma vez.
- (B) Considera-se “Questão de Ordem”, a dúvida razoável sobre o regimento, na sua eficácia exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.
- (C) O Deputado que quiser comentar, criticar a decisão do Presidente ou contra ela protestar, poderá fazê-lo na mesma sessão, à hora do Pequeno Expediente.
- (D) Cabe ao Presidente decidir sobre a “Questão de Ordem” suscitada, inclusive podendo consultar previamente o corpo de assessores técnicos à disposição no momento.
- (E) No momento da votação, ou quando se discutir e votar a redação inicial, a palavra para formular a “Questão de Ordem” só poderá ser concedida uma vez ao relator e uma vez a outro Deputado, de preferência ao autor da proposição principal ou acessória em votação.

23. São objetivos fundamentais observados nos termos da Constituição do Estado do Piauí, a disposição de

- (A) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) prevalência dos direitos fundamentais individuais, coletivos, sociais, culturais e políticos.
- (C) erradicar a pobreza e valorizar dignidade da pessoa.
- (D) legalidade dos atos administrativos e institucionais.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e fraterna.

24. Em observância ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), é possível afirmar, sobre a Ordem do Dia, que

- (A) esgotada a matéria do Pequeno Expediente, se passará à Ordem do Dia, que terá a duração de duas horas.
- (B) ocorrendo a falta de número para as votações, será feita a discussão da matéria em pauta peremptória.
- (C) se houver matéria com discussão encerrada e ocorrer número legal para deliberar, o Presidente poderá interromper o orador que estiver na tribuna, a fim de proceder à votação das matérias.
- (D) o ato de votar nunca será interrompido.
- (E) a ausência nas votações não se equipara à ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de abstenção parlamentar legítima, previamente declarada em Plenário.

25. O Estado do Piauí rege-se, nas relações jurídicas e nas suas atividades político-administrativas, nos termos de sua Constituição, pelos princípios voltados à

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização.
- (B) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem.
- (C) prevalência dos direitos fundamentais individuais, coletivos, sociais, culturais e políticos.
- (D) redução das desigualdades sociais e setoriais.
- (E) consideração de uma sociedade justa e livre.

26. Acerca da Nomeação, tratada na Lei Complementar Estadual n.º 13, de 3 de janeiro de 1994, assinale a alternativa correta.

- (A) A lotação dos servidores será realizada a critério da Administração Pública, em razão da conveniência e oportunidade.
- (B) A designação para função de direção, assessoramento e chefia intermediários, de competência dos dirigentes de órgãos e entidades administrativas, recairá, preferencialmente, em servidor de carreira ou de cargo isolado de provimento efetivo.
- (C) O exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante, integral dedicação ao serviço, devendo o servidor ser convocado sempre que houver interesse da administração.
- (D) Os requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes orçamentárias.
- (E) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público de provas, ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

27. Sobre os institutos elencados na Lei Complementar Estadual n.º 13, de 3 de janeiro de 1994, pode-se afirmar que

- (A) a reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- (B) a reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (C) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento facultativo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (D) a remoção é o deslocamento do servidor, apenas a pedido da Administração Pública, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede e sem se modificar a sua situação funcional.
- (E) os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, mediante lista tríplice.

28. Conforme preconiza a Lei Complementar Estadual n.º 13, de 3 de janeiro de 1994, constituem indenizações ao servidor

- (A) as gratificações por prestação de serviço extraordinário.
- (B) as gratificações natalinas.
- (C) os adicionais.
- (D) as diárias.
- (E) o soldo.

29. Fulcro nas disposições expressas na Lei Estadual n.º 8.121, de 23 de agosto de 2023, indique a resposta correta.

- (A) Incidirão sobre o vencimento a revisão geral anual e reajustes, destinados aos servidores públicos efetivos da Assembleia Legislativa do Piauí, preservando o poder aquisitivo, nunca inferior ao piso estabelecido e vigente no Estado, por força do Regimento Interno da Casa Legislativa.
- (B) Os valores percebidos pelos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí é composta pela remuneração, acrescido de vantagens e acréscimos pecuniários de até 10%.
- (C) A promoção funcional consiste na movimentação vertical do servidor efetivo entre classes e letras ou apenas letras, e dar-se-á da última referência para a seguinte, atendidos os requisitos constantes da Lei Estadual n.º 8.121, de 23 de agosto de 2023.
- (D) Os servidores efetivos da Assembleia Legislativa estão vinculados de forma direta ao Estatuto dos Servidores do Estado do Piauí.
- (E) Terá direito a ser promovido o servidor efetivo mesmo que esteja com vínculo funcional suspenso.

30. Quanto a promoção verificada na Lei Estadual n.º 8.121, de 23 de agosto de 2023, é correto afirmar que

- (A) como requisito para efetivação da promoção para a Classe Especial, referente a todos os cargos, exigir-se-á do servidor efetivo apresentação de certificado(s) Pós-Graduação em nível mínimo de Especialização, realizada por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.
- (B) a Administração Superior poderá conceder a promoção ao servidor efetivo, sempre que, cumprindo os requisitos, apresentar certificado(s) de Pós-Graduação em nível mínimo de Especialização, realizada por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.
- (C) as promoções ocorrerão no interstício de 2 (dois) anos, a exceção da primeira, na qual o interstício será o correspondente ao estágio probatório.
- (D) a primeira promoção independe do resultado da Avaliação Especial de Desempenho para conclusão do estágio probatório.
- (E) não terá direito a ser promovido o servidor efetivo que sofrer pena disciplinar nos últimos 15 (quinze) meses.

31. Em se tratando do Controle de Constitucionalidade, mencionado na Constituição do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta.

- (A) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma da Constituição Estadual, a decisão será comunicada ao poder competente para a adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em sessenta dias, sob pena de crime de responsabilidade, em qualquer dos casos.
- (B) Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo estadual, intimará, previamente, o Procurador-Geral do Estado, que defenderá o ato ou o texto impugnado ou, em se tratando de norma legal ou ato normativo municipal, o Prefeito Municipal, para a mesma finalidade.
- (C) O processo de controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, ou municipal em face da Constituição Estadual, submete-se por leis estaduais e pela própria Carta Estadual.
- (D) Poderá o Tribunal de Justiça, por maioria absoluta, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, ou municipal, incidentalmente, ou como objeto de Ação Direta.
- (E) Os convênios não precisam de aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, mas se submetem a controle de constitucionalidade por ser ato normativo.

32. Podemos afirmar sobre o Poder Legislativo quanto às disposições contidas na Constituição do Estado do Piauí.

- (A) As deliberações da Assembleia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos respectivos membros, salvo disposição constitucional ou regimental em contrário.
- (B) O Poder Legislativo teve prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição do Estado, para elaborar a Lei Estadual do Meio Ambiente.
- (C) Cada legislatura terá a duração de dois anos.
- (D) O número de Deputados à Assembleia Legislativa será o triplo da representação federal na Câmara dos Deputados; alcançado o número de trinta e sete, será este acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- (E) É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidades precisas, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria simples.

33. Aponte a premissa correta a respeito das Sessões Legislativas e Preparatórias elencadas na Resolução n.º 502, de 16 de julho de 2019.

- (A) A eleição da mesa será precedida de sessão legislativa.
- (B) Quando convocada extraordinariamente, a Sessão Legislativa poderá tratar das matérias, objeto da convocação, além de outras que surgirem no curso e decorrentes destas.
- (C) Para apuração de ato de responsabilidade do chefe do executivo, por meio de sessão preparatória, esta será dividida em duas fazes em respeito ao contraditório e ampla defesa.
- (D) No segundo ano de cada legislatura, na primeira sessão preparatória, será deliberada a votação para eleição da mesa, caso apresente o quórum qualificado de 2/3 dos presentes.
- (E) Na sessão preparatória da primeira sessão legislativa, sempre que possível com a direção da Mesa da sessão anterior, é realizada a eleição para a escolha do cargo de Presidente e demais membros da Mesa Diretora, referente aos mandatos dos dois biênios subsequentes, sendo vedada a reeleição para o mesmo cargo.

34. Sobre as férias contempladas na Lei Complementar Estadual n.º 13, de 3 de janeiro de 1994, podemos afirmar que

- (A) poderão ser parceladas em até duas etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.
- (B) não serão concedidas ao servidor que estiver respondendo à sindicância ou a processo administrativo disciplinar.
- (C) o servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, não cumuláveis.
- (D) poderão ser interrompidas a critério do superior imediato.
- (E) é permitido levar, à conta de férias, apenas duas faltas ao serviço.

35. Sobre os Institutos acolhidos pelo, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), instituído pela Resolução n.º 540, de 09 de outubro de 2023, assinale a alternativa correta.

- (A) A Frente Parlamentar é a associação suprapartidária, composta por, no mínimo, cinco membros da Assembleia Legislativa, destinada a promover o aprimoramento da legislação e a realização de estudos sobre temas de relevante interesse social, político e econômico, desde que não sejam objeto de alguma das Comissões Permanentes.
- (B) Constitui a maioria o Partido ou Bloco Parlamentar integrado pela maioria simples dos membros da Assembleia, considerando-se maioria as demais representações partidárias ou Blocos Parlamentares.
- (C) As situações não regulamentadas pelo Regimento Interno ou, sobre as quais, recaia dúvida de qualquer natureza, devem ser solucionadas pela Mesa, sendo a última palavra do Plenário, nesta ordem, a saber: princípios e regras expressos e implícitos, e Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos com *status* de norma constitucional; os costumes administrativos empreendidos na condução dos trabalhos; princípios e regras contidos na Constituição do Estado do Piauí; os princípios expressos e implícitos neste Regimento e em Tratados Internacionais que versem sobre Direitos Humanos.
- (D) A reclamação é instrumento à disposição dos parlamentares, para efetuar a cobrança judicial relativa à qualidade dos serviços administrativos prestados dentro e fora da Casa, nos termos da lei orgânica.
- (E) A Assembleia Legislativa aprecia proposta de emenda à Constituição apresentada por três quintos, no mínimo, dos Deputados.

Disciplinas Específicas do Cargo

36. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais Coletivos expressos na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, salvo nos casos em que houver fundada suspeita sobre a prática de atividades ilegais.
- (B) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica partidária, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em decreto.
- (C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais fechados ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido prévia autorização à autoridade policial competente.
- (D) é livre a expressão da atividade imaterial, telemática, científica e de comunicação, dependentemente de censura ou licença, salvo se configurar crime contra honra.
- (E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

37. Consubstanciado no artigo 1º da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, a

- (A) cidadania; autodenominação dos povos; não-intervenção; e defesa da paz.
- (B) soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.
- (C) soberania internacional; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e a singularidade política.
- (D) soberania social; a cidadania; a igualdade; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde; e o pluralismo político.
- (E) soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa; e o pluralismo político.

38. Conforme disciplina a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia indenização para o caso de dano.
- (B) É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (C) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- (D) A criação de associações e de cooperativas dependem de autorização.
- (E) É livre a manifestação do pensamento, mesmo que de forma anônima.

39. À luz da Constituição Federal, no que concerne à Instituição do Estado, podemos considerar que

- (A) é vedado aos Estados incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros.
- (B) é permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, recusar fé aos documentos públicos.
- (C) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em Lei Ordinária.
- (D) a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.
- (E) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

40. Sobre a transparência, controle e fiscalização abordados na Lei Complementar n.º 101/2000, identifique a afirmativa correta.

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de acesso restrito aos órgãos de fiscalização.
- (B) A prestação de contas estadual conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.
- (C) Todos os Poderes e órgãos, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais, dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Banco Central, resguardada a autonomia.
- (D) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (E) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Banco Central, a cada 02 (dois) meses, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa.

41. Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais expressos na Constituição Federal, indique a alternativa correta.

- (A) Constitui crime afiançável e prescritível, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) Serão asseguradas às presidiárias, condições para que possam permanecer com seus filhos desde o período de amamentação até a idade de 05 (cinco) anos.
- (C) Não haverá pena de morte, mesmo em casos de guerra declarada.
- (D) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas.
- (E) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

42. No tocante à Lei Orçamentária Anual, à luz do que dispõe a Lei Complementar n.º 101/2000, considera-se

- (A) o resultado negativo não constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.
- (B) a atualização monetária principal da dívida mobiliária refinanciada poderá excepcionalmente superar a variação do índice de preços, previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- (C) o projeto de lei orçamentária anual conterà reserva de contingência cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) é possível consignar na lei orçamentária, crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- (E) o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, não constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

43. Acerca das diretrizes apresentadas pela Constituição Federal, a respeito da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio poderão ser fixados ou alterados por Decreto.
- (C) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- (D) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelos Poderes Legislativo e Poder Judiciário.
- (E) É vedada a contratação por tempo determinado, mesmo que para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

44. Tendo por base as disposições contidas na Lei Complementar n.º 101/2000, é possível afirmar que

- (A) serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público, aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória.
- (B) é nulo de pleno direito, ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 280 (duzentos e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão.
- (C) se a despesa total com pessoal exceder a 55% (cinquenta e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso à criação de cargo, emprego ou função.
- (D) se a despesa total com pessoal exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso à alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- (E) é vedada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

45. Quanto a destinação de recursos públicos para o setor privado à luz da Lei Complementar n.º 101/2000, identifique a alternativa correta.

- (A) Na concessão de crédito por ente da Federação à pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em Decreto ou ao custo de captação.
- (B) Dependem de autorização em lei específica, as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o *caput*, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.
- (C) A destinação de recursos para cobrir necessidades, direta ou indiretamente, de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por Decreto.
- (D) A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo do Banco Central, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Estadual, na forma de Decreto.
- (E) Poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário, sem a necessidade de edição de Lei específica.

46. Acerca Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, à luz da Lei Complementar n.º 101/2000, é correto afirmar que a operação de crédito por antecipação de receita

- (A) será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou a que vier a esta substituir.
- (B) será realizada somente após o vigésimo dia do início do exercício.
- (C) destina-se a atender a insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.
- (D) poderá ser realizada no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito.
- (E) poderá ser realizada, mesmo que existente em operação anterior, da mesma natureza não integralmente resgatada.

47. Sobre as Diretrizes da Administração Pública à luz da Constituição Federal, é possível afirmar que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de dois cargos de professor, mesmo havendo compatibilidade de horários.
- (B) os acréscimos pecuniários, percebidos por servidor público, serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (C) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- (E) somente por Lei específica ou Decreto poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

48. Nos termos da Lei n.º 8.429 de junho de 1992, considere a seguinte conduta descritiva:

“Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente”.

A conduta apresentada acima, corresponde à pena de

- (A) multa, apenas.
- (B) reclusão de um ano e multa.
- (C) detenção de seis meses a três anos.
- (D) detenção de seis a dez meses e multa.
- (E) detenção de nove meses a quatro anos e multa.

49. Quanto aos servidores da administração pública, sob a foga da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) aquele considerado estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
- (B) sendo invalidada, por sentença judicial, a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (C) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) para aquisição da estabilidade, é facultada a avaliação especial de desempenho por comissão.
- (E) aquele considerado estável só perderá o cargo mediante requerimento popular em que lhe seja assegurada ampla defesa.

50. Conforme dispõe a Constituição Federal, acerca da Administração Pública, admite-se que

- (A) os atos de improbidade administrativa não importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (B) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, serão estabelecidos via Decreto.
- (D) a aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não acarreta o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- (E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, mesmo que não possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino.

51. A respeito da remuneração dos servidores públicos, sob à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, dentre outros, os requisitos para a investidura.
- (B) é possível a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- (C) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em quatro ou mais parcelas.
- (D) os municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (E) é permitida a concessão do acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória ao membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais.

52. Acerca do tema “Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial” abordado pela Lei n.º 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) na ação por improbidade administrativa é vedado o pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito, em caráter antecedente ou incidente.
- (B) o Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.
- (C) qualquer funcionário público efetivo poderá representar à autoridade administrativa competente para ser instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (D) faculta-se à Comissão Processante informar ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas sobre a existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- (E) da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública, caberá embargos de declaração.

53. Acerca da classificação das despesas, é correto afirmar que

- (A) constituem Despesas Correntes os investimentos, inversões financeiras e despesas de custeio.
- (B) as Despesas de Capital se constituem por transferências correntes, despesas de custeio e transferências de capital.
- (C) classificam-se como Transferências Correntes as destinadas a cobrir Despesas de Custeio das entidades beneficiadas.
- (D) as Transferências de Capital as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (E) as Despesas de Custeio correspondem as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

54. No que se refere ao exercício financeiro, podemos afirmar que

- (A) coincidirá com o ano civil.
- (B) a Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Dívida Ativa Nacional.
- (C) consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 15 de março, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- (D) os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do próximo exercício ao que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
- (E) as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, não sendo necessária a obediência à ordem cronológica.

55. Quanto às Receitas Públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível exigir o pagamento ou aumento de tributo sem que a lei o estabeleça.
- (B) É facultado aos agentes da arrecadação fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.
- (C) Será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.
- (D) O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.
- (E) A cobrança de tributos poderá ser realizada em cada exercício, independentemente de autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

56. Acerca das disposições inerentes ao processo licitatório abordadas na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes de grupos econômicos diversos.
- (B) tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- (C) poderão disputar ou participar da execução de contrato de forma indireta pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitadas de participar, em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- (D) o autor dos projetos e a empresa não poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade, mesmo que a critério da administração.
- (E) em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, será admitida a participação de pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades.

57. Sobre a receita corrente, interpretada à luz da Constituição Federal e ao Direito Administrativo, convém considerar que

- (A) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão depender com pessoal menos que setenta por cento do valor das respectivas receitas correntes.
- (B) receita corrente líquida, como a equalização das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes.
- (C) a União e os Estados aferirão semestralmente, em base plurianual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.
- (D) em relação às despesas correntes e receitas correntes acima de 60%, é facultado ao Poder Legislativo aplicar o mecanismo de reajuste anual da concessão de vantagem, aumento, ou adequação de remuneração de membros de servidores e empregados públicos.
- (E) apurado, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas e receitas correntes supere 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação.

58. Consoante ao disposto na Lei nº 14.133/2021, considera-se

- (A) que o leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.
- (B) que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, adotando-se a concorrência sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- (C) que na modalidade leilão será facultada a divulgação do edital em sítio eletrônico oficial.
- (D) como lícita a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas dispostas na referida Lei, caso atendam ao interesse da administração pública.
- (E) o pregão aplicável às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.

59. Mediante termos constantes na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que é inexigível a licitação para

- (A) contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional.
- (B) contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.
- (C) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (D) contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
- (E) aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

60. Considera-se como bens dos Estados, abarcados na Constituição Federal, as/os

- (A) ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- (B) cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- (C) águas superficiais ou subterrâneas, ilhas e os potenciais de energia hidráulica.
- (D) potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- (E) áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, ainda que estiverem fora do seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. A resposta deverá conter a extensão mínima de **10 (vinte)** e máxima de **20 (vinte)** linhas para o texto.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada com material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O caderno de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.

QUESTÃO 1

Os artigos 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal apresentam temas de debate constante no contexto das finanças públicas no Brasil. O primeiro estabelece os limites de despesas com pessoal dos entes federativos, enquanto o segundo define as vedações e as medidas a serem adotadas caso esses limites sejam ultrapassados. Considerando a importância desses dispositivos para a gestão fiscal responsável e tomando por base tal premissa, discorra sobre os critérios e os limites estabelecidos pelo artigo 15 para as despesas com pessoal dos órgãos públicos, pontuando quais são os entes federativos sujeitos a essas regras e esclarecendo quais são as implicações legais e práticas para os gestores públicos que descumprem essas regras.

QUESTÃO 2

A Lei da Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) desempenha um papel fundamental no combate à corrupção e na promoção da responsabilização de agentes públicos e particulares envolvidos em atos de improbidade. Disserte sobre as pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa, descrevendo de forma detalhada as categorias de indivíduos, as quais, incluindo agentes públicos e terceiros, podem ser responsabilizados nos termos dessa lei, pontuando as implicações jurídicas e administrativas para aqueles condenados por improbidade.

QUESTÃO 1 - RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	

QUESTÃO 2 - RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	